

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA AIKIKAI

De

PORTUGAL

“AKP”

Regulamento Disciplinar

AG de 10 Dezembro de 2009

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA AIKIKAI de PORTUGAL “AKP”

REGULAMENTO DISCIPLINAR

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

O poder disciplinar da AKP, exerce-se sobre todos os agentes desportivos que, encontrando-se associados à AKP desenvolvam a actividade desportiva compreendida no seu objecto estatutário.

Artigo 2º

1. Ninguém pode ser punido disciplinarmente senão em virtude de norma anterior que declare punível a acção ou omissão.
2. Não podem ser aplicadas penas disciplinares que não estejam expressamente cominadas em norma disciplinar anterior.
3. Ninguém pode sofrer pena disciplinar mais grave do que a prevista no momento da correspondente conduta ou da verificação dos respectivos pressupostos de conteúdo mais favorável ao arguido.
4. Ninguém pode ser alvo de processo disciplinar mais do que uma vez pela prática da mesma infracção disciplinar.

Artigo 3º

Na determinação da sanção, deverá atender-se a todas as circunstâncias, que deponham a favor ou contra o agente, mostrando-se a sanção adequada ao seu comportamento considerando, nomeadamente:

- a) O grau de ilicitude do facto;
- b) A intensidade do dolo;
- c) Os sentimentos manifestados no cometimento da infracção, os fins ou motivos que a determinaram; e
- d) A conduta anterior ao facto e a posterior a este.

Artigo 4º

Nenhuma sanção disciplinar poderá ser aplicada sem prévia instauração de processo disciplinar.

Artigo 5º

1. A responsabilidade disciplinar é independente da civil ou criminal.
2. Pode, todavia, ser ordenada, oficialmente ou a requerimento do arguido, a suspensão do procedimento disciplinar até decisão a proferir em processo considerado prejudicial.

CAPÍTULO II

DA INFRACÇÃO DISCIPLINAR

Artigo 6º

Comete infracção disciplinar qualquer dos membros da AKP, referidos no artº 1º deste regulamento, que, por acção ou omissão, violar dolosa ou culposamente algum dos deveres decorrentes dos Estatutos, Regulamentos internos ou das demais disposições a que se encontra obrigado.

Artigo 7º

As infracções graduam-se em leves, graves e muito graves.

Artigo 8º

Comete infracção leve, aquele que, embora violando qualquer dever a cujo cumprimento esteja obrigado, não cause prejuízo relevante à AKP ou a outro associado, ou que, independentemente do prejuízo, não seja o bem protegido de relevante interesse.

Artigo 9º

Comete infracção grave, aquele que, violando dever a cujo cumprimento esteja obrigado, cause prejuízo relevante à AKP ou a outro associado, ou que, independentemente do prejuízo, afecte de forma particularmente grave o bem protegido.

Artigo 10º

Comete infracção muito grave, aquele que, violando dever a cujo cumprimento esteja obrigado, cause prejuízo grave à AKP ou a outro associado, ou que, independentemente do prejuízo, afecte de forma particularmente muito grave o bem protegido.

Artigo 11º

Não são puníveis os actos praticados pelo infractor, quando este actue sem culpa ou por erro desculpável.

Artigo 12º

São atenuantes, todas as circunstâncias que antecedam, acompanhem ou sucedam a prática de uma infracção, diminuam a sua gravidade e efeitos, ou a culpabilidade do agente.

Artigo 13º

1. São agravantes, todas as circunstâncias que antecedem, acompanham ou sucedam a prática de uma infracção, aumentem a sua gravidade e efeitos, ou a culpabilidade do agente.

2. São agravantes especiais:

- a) Ser o arguido membro com funções na AKP;
- b) Ser o arguido técnico ou agente de ensino;
- c) Ter sido cometido no estrangeiro;
- d) Ter sido cometido com premeditação;
- e) Ter sido precedida de ofensa, ameaça ou condições de fazer ou não alguma coisa;
- f) Haver reincidência ou sucessão de infracções; e
- g) Haver acumulação de infracções.

Artigo 14º

Dá-se a reincidência quando o agente, tendo sido punido por uma infracção, comete outra da mesma natureza, antes de terem passado cinco anos sobre a anterior, ainda que tenha prescrito, ou sido perdoada.

Artigo 15º

Dá-se a sucessão quando o agente, tendo sido punido por qualquer infracção, cometer outra de natureza diversa, ou cometer uma da mesma natureza, tendo passado mais de cinco anos entre a aplicação da primeira sanção e a perpetração da segunda.

Artigo 16º

Dá-se a acumulação de infracções, quando o agente comete mais de uma infracção na mesma ocasião ou, quando cometido uma, comete outra antes de ter sido punido pela anterior, por decisão transitada em julgado.

Artigo 17º

A responsabilidade do infractor extingue-se pela prescrição, pela morte do agente e pela amnistia.

Artigo 18º

O procedimento disciplinar extingue-se por defeito da prescrição, logo que sobre a prática da infracção sejam decorridos dois anos, ou logo que cesse o vínculo que ligue o infractor à AKP.

CAPÍTULO III

DAS SANÇÕES DISCIPLINARES

Artigo 19º

As sanções disciplinares são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Repreensão;
- c) Suspensão de 3 meses a 1 ano;
- d) Suspensão de 1 a 5 anos;
- e) Suspensão por tempo indeterminado; e
- f) Demissão.

As sanções graves e muito graves podem ser acrescidas de multa até € 500.

Artigo 20º

Às infracções leves só serão aplicáveis as sanções referidas nas alíneas a) e b) do artigo anterior.

Artigo 21º

Às infracções graves serão aplicáveis as sanções previstas nas alíneas c) e d) do artigo 20º.

Artigo 22º

Às infracções muito graves serão aplicáveis as sanções previstas nas alíneas e) do artigo 20º.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO

Secção I

Da Instrução do Processo

Artigo 23º

O procedimento disciplinar deve ser exercido, sob pena de caducidade, no prazo máximo de 60 dias após o conhecimento da infracção.

Artigo 24º

- 1. Instaurado o procedimento disciplinar, após participação de qualquer associado, é nomeado um licenciado em Direito, o qual será relator.**
- 2. Cabe ao relator todos os actos de direcção do processo.**

Artigo 25º

São admitidos todos os meios de prova permitidos em direito.

Artigo 26º

Autuado o processo, o relator colige todos os dados e provas e profere despacho de acusação ou de arquivamento dos autos.

Secção II

Da Acusação e Defesa

Artigo 27º

- 1. O arguido é notificado da acusação, pessoalmente ou pelo correio, com entrega da respectiva cópia.**
- 2. A acusação deverá conter, sob pena de nulidade insanável:**
 - a) A identidade do arguido;**
 - b) A exposição do facto ou factos imputados, bem como as circunstâncias da sua prática e as demais que possam servir para uma completa apreciação do comportamento do arguido;**
 - c) As normas infringidas; e**
 - d) O prazo para apresentação da defesa.**

Artigo 28º

1. No despacho de acusação poderá ser ordenada preventivamente a suspensão do arguido, quando se verificar a possibilidade de prática de nova e grave infracção disciplinar ou a tentativa de perturbar o andamento da instrução do processo.
2. A suspensão não pode prolongar-se por mais de 3 meses e será sempre descontada na sanção de suspensão.

Artigo 29º

1. Findo o prazo de dilação de 3 dias, contados da data da expedição pelo correio do despacho de acusação, tem o arguido o prazo de 10 dias úteis para responder.
2. Com a resposta indicará todos os meios de prova que pretenda que sejam considerados.
3. Durante o prazo para apresentação da defesa pode o arguido consultar o processo.

Artigo 30º

1. O relator mandará, então, proceder a todas as diligências probatórias, que se mostrem indispensáveis à descoberta da verdade.
2. Não podem, participante e arguido, indicarem mais de cinco testemunhas cada.
3. Os depoimentos prestados por testemunhas, peritos ou consultores são reduzidos a escrito.

Artigo 31º

Findas as alegações, ou decorrido o prazo para a sua apresentação, o relator notifica participante e arguido para alegarem, sucessivamente, por escrito em 10 dias.

Secção III Do Julgamento

Artigo 32º

Juntas as alegações, ou decorrido o prazo para a sua apresentação, o relator leva o processo à Direcção e fará uma exposição sobre o processo.

Artigo 33º

1. Se o Relator se declarar habilitado para julgar será proferida sentença.
2. Caso entenda não se encontrar ainda habilitado a julgar, poderão ser efectuadas outras diligências probatórias, que não hajam sido consideradas, devendo, contudo, o processo estar concluído para decisão final em 30 dias úteis.

Artigo 34º

Da sentença, será notificado por via postal o participante e o arguido.
